

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Norte Energia S.A.

30 de junho de 2018
com Relatório dos Auditores Independentes

Norte Energia S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias
Em 30 de junho de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração de resultados	6
Demonstração de resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas	11
1. Informações gerais.....	11
2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias	13
3. Resumo das principais políticas contábeis.....	14
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	18
5. Aplicações financeiras.....	19
6. Contas a receber de clientes.....	19
7. Tributos a recuperar.....	20
8. Despesas antecipadas	20
9. Imobilizado	21
10. Intangível.....	24
11. Depósitos judiciais e cauções.....	26
12. Outros créditos	27
13. Fornecedores	27
14. Outras contas a pagar.....	28
15. Provisões para litígios.....	29
16. Empréstimos e financiamentos	32
17. Partes relacionadas.....	35
18. Provisões socioambientais.....	37
19. Capital social.....	38
20. Receita operacional líquida.....	39
21. Custos da compra de energia.....	39

22.	Custos de operação	40
23.	Despesas operacionais	40
24.	Resultado financeiro	41
25.	Imposto de renda e contribuição social	42
26.	Instrumentos financeiros	45
27.	Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros.....	47
28.	Cobertura de seguros	49
29.	Compromissos.....	50
30.	Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos.....	52

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Acionistas, aos Conselheiros e aos Diretores da
Norte Energia S.A.
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Norte Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar, que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Ênfases

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa no. 30 às demonstrações financeiras intermediárias, atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns acionistas da Companhia e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros decorrentes desses processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, além daqueles já mencionados na Nota Explicativa acima referida. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa no. 1 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo significativo em 30 de junho de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e conseqüente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, e considerada informação suplementar para as companhias de capital fechado, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.



Revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes, cujos relatórios datados de 31 de janeiro de 2018 e 25 de julho de 2017, respectivamente, foram emitidos com opinião e conclusão sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e contendo parágrafos de ênfases relacionados aos mesmos assuntos mencionados nos parágrafos de ênfase acima.

Brasília, 17 de julho de 2018.




Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T

Norte Energia S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.129	6.662
Aplicações financeiras	5	4.544	5.119
Contas a receber de clientes	6	631.100	385.934
Tributos a recuperar	7	122.387	241.793
Despesas antecipadas	8	28.917	28.256
Depósitos judiciais e cauções	11	1.497	1.456
Outros créditos	12	5.063	4.611
Total do ativo circulante		835.637	673.831
Não circulante			
Despesas antecipadas	8	39.543	51.197
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	357.803	515.126
Depósitos judiciais e cauções	11	636.275	628.352
Outros créditos	12	3.833	3.340
Imobilizado	9	39.971.421	38.769.316
Intangível	10	370.832	343.031
Total do ativo não circulante		41.379.707	40.310.362
Total do ativo		42.215.344	40.984.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Norte Energia S.A.

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	393.185	1.191.528
Empréstimos e financiamentos	16	2.099.971	1.707.983
Partes relacionadas	17	16.908	12.921
Provisões para litígios	15	18.428	24.680
Uso do bem público (UBP)	10.3	85.284	83.254
Provisões socioambientais	18	306.476	120.748
Outras contas a pagar	14	239.587	183.717
Total do passivo circulante		<u>3.159.839</u>	<u>3.324.831</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	25.600.577	25.546.587
Uso do bem público (UBP)	10.3	265.058	246.601
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.c	378.950	313.077
Total do passivo não circulante		<u>26.244.585</u>	<u>26.106.265</u>
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	19	13.010.058	12.165.858
Prejuízos acumulados		(199.138)	(612.761)
Total do patrimônio líquido		<u>12.810.920</u>	<u>11.553.097</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>42.215.344</u>	<u>40.984.193</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Norte Energia S.A.

Demonstração de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação em reais)

	Nota	01/01/2018 a 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 a 30/06/2017 (6 meses)	01/04/2018 a 30/06/2018 (3 meses)	01/04/2017 a 30/06/2017 (3 meses)
Receita operacional líquida	20	1.947.287	966.754	1.056.522	487.895
Custos da venda de energia:					
Energia comprada para revenda		25.331	(5.835)	32.237	(7.965)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(233.758)	(139.218)	(118.942)	(73.262)
Serviços de operação e manutenção		(46.836)	(38.497)	(23.206)	(19.483)
	21	(255.263)	(183.550)	(109.911)	(100.710)
Custos de operação:					
Pessoal, administração e serviços de terceiros		(40.526)	(53.081)	(21.762)	(25.392)
Depreciação e amortização		(303.538)	(165.471)	(159.608)	(93.053)
Outros		(185.324)	(95.688)	(93.261)	(55.218)
	22	(529.388)	(314.240)	(274.631)	(173.663)
Lucro bruto		1.162.636	468.964	671.980	213.522
Despesas operacionais:					
Administrativas		(51.597)	(34.264)	(27.634)	(16.426)
Depreciação e amortização		(1.311)	(5.723)	(724)	(1.194)
	23	(52.908)	(39.987)	(28.358)	(17.620)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.109.728	428.977	643.622	195.902
Resultado financeiro:					
Receitas financeiras	24	53.518	30.713	10.244	23.940
Despesas financeiras	24	(526.427)	(320.674)	(270.873)	(184.279)
		(472.909)	(289.961)	(260.629)	(160.339)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		636.819	139.016	382.993	35.563
Imposto de renda e contribuição social correntes	25.a	-	(15.081)	-	(11)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	(223.196)	(35.230)	(135.405)	(13.860)
Lucro líquido do período		413.623	88.705	247.588	21.692
Quantidade média de ações disponíveis (lotes de mil)		12.922.718	11.645.276	8.930.652	11.764.711
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		0,0320	0,0076	0,0277	0,0018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Norte Energia S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	01/01/2018 a 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 a 30/06/2017 (6 meses)	01/04/2018 a 30/06/2018 (3 meses)	01/04/2017 a 30/06/2017 (3 meses)
Lucro líquido do período	413.623	88.705	247.588	21.692
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>413.623</u>	<u>88.705</u>	<u>247.588</u>	<u>21.692</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Norte Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Lucro/ (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.300.000	(172.335)	11.127.665	(629.087)	10.498.578
Subscrição e integralização de capital social	763.000	(81.787)	681.213		681.213
Lucro líquido do período				88.705	88.705
Saldo em 30 de junho de 2017	12.063.000	(254.122)	11.808.878	(540.382)	11.268.496
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.458.000	(292.142)	12.165.858	(612.761)	11.553.097
Subscrição e integralização de capital social	938.000	(93.800)	844.200		844.200
Lucro líquido do período				413.623	413.623
Saldo em 30 de junho de 2018	13.396.000	(385.942)	13.010.058	(199.138)	12.810.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Norte Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	01/01/2018 a 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 a 30/06/2017 (6 meses)
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		636.819	139.016
Ajustes do prejuízo de itens sem desembolso de caixa:			
Depreciação e amortização	9 e 10	304.849	171.193
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	3.065	-
Perda de imobilizado	9	145	-
Resultado financeiro		466.492	289.724
Resultado ajustado		1.411.370	599.933
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(248.231)	(53.597)
Tributos a recuperar		118.083	651
Despesas antecipadas	8	10.993	(4.849)
Depósitos judiciais e cauções		6.445	(182.760)
Outros créditos		(944)	(85.025)
Fornecedores		(829.118)	(164.726)
Outras contas a pagar		235.345	(43.066)
Fluxo de caixa líquido gerado/(aplicado) pelas atividades operacionais		703.943	66.561
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Aumento de imobilizado (excluindo juros capitalizados não liquidados)		(854.653)	(665.963)
Aumento de ativos intangíveis (excluindo bens de utilização pública)	10	(14.352)	(248)
Recebimento de aplicações financeiras		36.764	11.292
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(832.241)	(654.919)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Captações de empréstimos (principal)	16	100.000	
Pagamentos de empréstimos (principal)	16	(134.165)	-
Pagamentos de empréstimos (juros)	16	(646.270)	(213.198)
Integralização de capital	19	844.200	681.213
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		163.765	468.015
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		35.467	(120.343)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.662	205.796
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		42.129	85.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Norte Energia S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	01/01/2018 à 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 à 30/06/2017 (6 meses)
Receita operacional bruta	2.280.300	1.142.896
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo com energia elétrica	(255.263)	(183.550)
Material	(947)	(871)
Serviços de terceiros	(53.980)	(64.474)
Outros insumos	(196.691)	(99.385)
Retenções:		
Depreciação e amortização	(304.849)	(171.194)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	53.518	30.713
Outros resultados operacionais	330	9
Valor adicionado a distribuir	<u>1.522.418</u>	<u>654.144</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos (com remuneração dos administradores)	23.995	16.496
Impostos, taxas e contribuições:		
Dedução à receita operacional	248.453	123.961
Taxa de fiscalização	7.157	3.132
Utilização de recursos hídricos	77.403	49.049
Crédito fiscal corrente/diferido	223.196	50.311
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	2.164	1.816
Despesa financeira	526.427	320.674
Lucros retidos	413.623	88.705
Valor adicionado distribuído	<u>1.522.418</u>	<u>654.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Notas explicativas

1. Informações gerais

A Norte Energia S.A. ("Companhia" ou "Norte Energia") é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010. A Companhia é controlada em conjunto ("*joint venture*") por meio de Acordo de Acionistas ("Acordo"), do qual todos os acionistas são signatários, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada no Setor Comercial Norte, quadra 4, bloco B, salas 904 e 1004, Centro Empresarial Varig, Asa Norte, Brasília - DF.

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União, através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado, 10% aos autoprodutores e 20% ao mercado livre ("ACL").

Em 6 de junho de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") concedeu Licença de Instalação, contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção de barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada d'água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes.

A Companhia obteve a emissão da Licença de Operação (LO), em 24 de novembro de 2015, junto ao IBAMA, para viabilizar o enchimento do reservatório da usina.

A Companhia tem mantido gestões junto ao IBAMA, ANA, IPHAN e FUNAI comprovando a continuidade do cumprimento das condicionantes exigidas, no entanto, em função de manifestações de representações de comunidades, liminares judiciais, invasões e greves na região da construção do empreendimento, a Companhia encaminhou à ANEEL o pedido de "Excludente de Responsabilidade", solicitando que sejam levadas em consideração todas as paralisações e eventos ocorridos que impactaram efetivamente a execução do cronograma originalmente estabelecido do empreendimento. De acordo com o Contrato de Concessão, o início das operações da Usina dar-se-ia em 28 de fevereiro de 2015.

Em 07 de abril de 2015, a Companhia obteve decisão judicial liminar que determinou à ANEEL: "até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas na Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME-UHE Belo Monte".

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações Gerais – continuação

Com base nessa liminar e na avaliação de riscos de perda caracterizado como “possível” pelos assessores jurídicos, foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do Contrato de Concessão, sendo que o valor estimado de eventual perda para a Companhia é de aproximadamente R\$616.000 (Nota 15).

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com o andamento dos serviços das obras civis e montagem, que possibilitaram a realização dos testes das Unidades Geradoras (“UG”) de Pimental e de Belo Monte sincronizadas ao Sistema Interligado Nacional, foram colocadas em operação conforme quadro abaixo:

Ano	Belo Monte	Pimental
2016	1,2,3	1,2,3,4
2017	4,5,6,7	5,6
2018*	8,9	

*Há previsão de entrada em operação das unidades geradoras 10 e 11 em 2018.

Ainda está prevista a operação comercial das demais unidades geradoras até fevereiro de 2020, totalizando 18 UGs. Em 30 de junho de 2018, as obras civis ultrapassaram 97,62% de execução física.

De acordo com o referido Contrato de Concessão, a UHE Belo Monte gerará um volume de energia elétrica com uma capacidade instalada total de 11.233,1 MW, sendo que atualmente, em razão das operações das 9 (nove) primeiras unidades geradoras, o volume gerado é de 5.733,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, a qual foi atingida com a entrada em operação comercial da unidade geradora 08 em fevereiro de 2018, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental, com a operação comercial de todas as unidades geradoras.

Em 30 de junho de 2018 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 2.324.202 e ainda despenderá quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da construção da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções a situação de capital circulante negativo, assim como demandas de investimentos para conclusão da UHE, deverão ser suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários.

Os dados não financeiros incluídos nesta informação financeira, tais como, geração de energia em MW e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados/revisados pelos auditores independentes.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias, bem como em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), em especial o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, nas suas últimas demonstrações financeiras anuais, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia elaborou e está divulgando, como informação suplementar, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes aos períodos de 6 (seis) meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017, apesar de não serem requeridas pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 9)
- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 15);
- Valor justo de instrumentos financeiros (nota 26);
- Provisões socioambientais (nota 18);
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 6);
- Realização de ativos e passivos fiscais diferidos (nota 25.b); e
- Cálculo de teste de *impairment* do ativo imobilizado e de contratos de natureza onerosa (Nota 9).

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 17 de julho de 2018.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias - continuação

2.2. Reclassificação de saldos comparativos

Para fins de melhor apresentação das informações comparativas, a Companhia efetuou determinadas reclassificações conforme a seguir, sem alterar qualquer tipo de informação relevante:

- a) No balanço patrimonial, o registro de atualização e de multa sobre atraso na parcela de integralização de capital não efetuada por acionistas até a data do balanço, antes apresentada como um ativo e passivo de igual valor, passou a ser apresentada de forma líquida. Dessa forma, a rubrica de outros créditos e a rubrica de outras provisões foram reduzidas em R\$ 91.390 em 31 de dezembro de 2017.
- b) Na demonstração de resultados, o saldo de custo da operação que antes estava apresentado dentro do grupo de despesas operacionais no período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2017, passou a ser apresentado de forma separada. Dessa forma, o saldo de despesas operacionais apresentado originalmente no período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2017 foi reduzido em R\$ 173.663 e R\$ 314.240, respectivamente, e esse mesmo valor apresentado como custo antes da formação do lucro bruto. Essa mesma forma de apresentação já havia sido modificada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que devem ser lidas em conjunto com estas demonstrações financeiras intermediárias, exceto com relação às seguintes normas a seguir que tiveram vigência iniciada a partir de 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento traz são:

- i. Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
- ii. Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, com base em perdas esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
- iii. Alteração das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

a) Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Resumo das principais políticas contábeis - continuação

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e juros, são geralmente mensurados ao custo amortizado. Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuem termos contratuais que estabelecem unicamente pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI).

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Não houve mudança relevante de classificação dos instrumentos financeiros em razão da adoção da nova norma comparado com aquela efetuada em 31 de dezembro de 2017 (valor justo por meio do resultado). As aplicações financeiras são destinadas para satisfazer o compromisso, principalmente, de aplicação no investimento da obra da UHE Belo Monte, e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais.

Os recebíveis anteriormente classificados como “empréstimos e recebíveis” tiveram sua classificação alterada para “custo amortizado”, sem, no entanto, alterar a forma de reconhecimento inicial e mensuração subsequente, que continua pelo custo amortizado (recebimento de fluxos de caixa contratuais). Os passivos financeiros são todos classificados e mensurados pelo custo amortizado, sem alteração com a prática contábil anterior.

Os numerários classificados como caixa e equivalentes de caixa continuam sendo classificados e apresentados conforme o Pronunciamento Técnico CPC 3(R2)/IAS 7, que não foi modificado em razão da vigência da referida nova norma contábil.

b) Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Resumo das principais políticas contábeis - continuação

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia estimou a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido nessa nova norma e resultou em reconhecimento antecipado de certas perdas de crédito conforme demonstrado na Nota Explicativa nº. 6.

c) Passivos financeiros

A Companhia não designou passivos financeiros como valor justo por meio do resultado, permanecendo todos classificados como custo amortizado.

d) Contabilidade de hedge

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38 (hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo e hedge de investimento líquido no exterior). A IFRS 9/CPC48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi revisado, não sendo mais requerida sua avaliação retrospectiva, e substituído pelo princípio da “relação econômica”, assim como foi eliminada necessidade de avaliação de uma efetividade no intervalo de 80% a 125%. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos das companhias.

A Companhia não operou com contabilidade de hedge e, portanto, não houve impacto desse assunto nas demonstrações financeiras intermediárias.

e) Divulgações

A IFRS 9/CPC 48 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de hedge e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia está realizando uma análise para identificar possíveis alterações nos processos atuais em decorrência destas novas normas e trabalhará na implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender as mesmas nas demonstrações financeiras a partir do período da sua adoção.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Resumo das principais políticas contábeis - continuação

f) Transição

A Companhia adotou a isenção que permitiu não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de créditos esperadas.

Não houve diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48, e, portanto, nenhum ajuste foi reconhecido no patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

- IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 substituiu as orientações de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

1. Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
3. Determinar o preço da transação.
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica.

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento. Não houve alterações no reconhecimento e mensuração dessa receita nas demonstrações financeiras intermediárias em razão da adoção da nova norma quando comparado com a política anterior.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Resumo das principais políticas contábeis - continuação

a) Venda na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Não houve alterações no reconhecimento e mensuração dessa receita nas demonstrações financeiras intermediárias em razão da adoção da nova norma quando comparado com a política anterior.

b) Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser inerentes ao seu segmento ou receitas de atividades acessórias. Não houve alterações no reconhecimento e mensuração dessa receita nas demonstrações financeiras intermediárias em razão da adoção da nova norma quando comparado com a política vigente anteriormente.

c) Transição

A Companhia adotou a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. Não houve ajustes nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em razão da adoção da IFRS 15/CPC 47.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Recursos em banco e em caixa	43	548
Depósitos bancários de curto prazo		
Renda Fixa	42.086	6.114
	42.129	6.662

Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

Os recursos disponíveis para aplicação no dia 30 de junho de 2018 foram aplicados em renda fixa, pois os compromissos financeiros assumidos pela Norte Energia exigiam liquidez imediata.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Aplicações financeiras

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de Aplicação – CEF	-	1.059
Aplicação Automático - Banco do Brasil	4.544	4.060
	4.544	5.119

Em 30 de junho de 2018, a Companhia manteve os recursos em aplicação automática junto ao Banco do Brasil. A Companhia tem como premissa fazer a gestão de seu caixa por meio da aquisição de cotas de Fundos de Renda Fixa de Crédito Privado, cujo regulamento atende a critérios definidos pela Administração da Companhia, em que é permitida unicamente a aquisição de títulos de renda fixa (públicos e privados).

A aquisição dos títulos privados segue uma rígida política de crédito que permite a aquisição de títulos emitidos por instituições de primeira linha (*Rating* com Grau de Investimento - Agência Internacional). Os fundos possuem tratamento fiscal diferenciado, pelo fato de sua carteira ser composta por títulos de renda fixa de longo prazo, contudo, com carência máxima de 90 dias, implicando em risco insignificante de alteração de valor, pois são todos títulos pós-fixados indexados à SELIC ou CDI.

O valor do patrimônio do fundo é resultado da soma do saldo de cada um dos títulos que compõem a sua carteira, sendo o valor da cota calculada pelo administrador do fundo. O valor de mercado dos títulos públicos na carteira do fundo é marcado a mercado, conforme critérios estabelecidos pela ANBIMA. Os títulos privados são avaliados a valor de mercado por meio de metodologia de precificação, adotada pelo administrador dos fundos.

6. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2018</u>			<u>Total</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos</u>			
		<u>Até 180 dias</u>	<u>Mais de 180 dias</u>		
Suprimento (a)	411.205	28.034	3.904	443.143	322.363
Energia Elétrica de Curto Prazo (b)	187.526	3.496	-	191.022	63.571
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	-	-	(3.065)	(3.065)	-
	598.731	31.530	839	631.100	385.934

(a) Em 30/06/2018, é composto da provisão de faturamento no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no valor de R\$271.392 (R\$203.799 em 31/12/2017) e Autoprodutor de Energia Elétrica (“APE”) no valor de R\$57.147 (R\$50.146 em 31/12/2017) e faturamento em aberto do ACR no valor de R\$114.604 (R\$68.418 em 31/12/2017).

Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente. No primeiro semestre de 2018, entraram em operação as Unidades Geradoras 08 e 09 (UG08 e UG09), o que acarretou no aumento do faturamento.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Contas a receber de clientes - Continuação

- (b) Provisão de faturamento no Mercado de Curto Prazo (CCEE) no valor de R\$191.022 em 30/06/2018 (R\$63.571 em 31/12/2017). O incremento no saldo da conta é devido ao término das parcelas do acordo referente a GSF, com isso a parcela de ACL está sendo leiloada no mercado de curto prazo.
- (c) A Companhia efetuou o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$3.065 considerando o coeficiente de inadimplência obtido pela média histórica ponderada pelo faturamento médio do período de 2016 a junho de 2018.

7. Tributos a recuperar

Composição:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ICMS	38.811	36.898
IR/CS	9.558	19.782
PIS a recuperar (a)	9.839	30.451
COFINS a recuperar (a)	43.559	139.085
Outros tributos	20.620	15.577
	<u>122.387</u>	<u>241.793</u>

- (a) Em 21 de dezembro de 2010, de acordo com o ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 175/2010, a Companhia foi habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e obteve a suspensão do PIS e COFINS. Conforme disposto no art. 3º do Decreto 6.144-2007, o prazo para fruição do benefício era de cinco anos com término em 21 de dezembro de 2015. Após essa data, não foram considerados os benefícios fiscais para os faturamentos realizados pelas empresas que utilizavam o REIDI. Os débitos de PIS e COFINS gerados na venda de energia serão compensados com esses créditos acumulados ao longo de 12 meses, seguindo a dinâmica tributária da não cumulatividade.

8. Despesas antecipadas

Composição:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prêmios de seguros	68.460	79.453
Circulante	28.917	28.256
Não circulante	39.543	51.197

Refere-se ao prêmio de seguros pagos antecipadamente decorrente de risco de engenharia e responsabilidade civil. Os seguros são capitalizados ao custo da obra do empreendimento pela fluência do prazo de cobertura do seguro.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Despesas antecipadas - continuação

Seguradora	Risco	Cobertura	Prêmio	Amortização mensal	Vigência
J. Malucelli	Engenharia (concessão)	1.045.996	31.867	303	08/10 a 04/19
Mapfre	Engenharia	19.967.728	223.506	1.961	08/11 a 01/21
ACE	Resp. Civil	90.000	2.826	30	03/11 a 01/19
Mapfre	Resp. Civil (Empregador)	10.000	3.495	37	03/11 a 01/19
AIG Seguros	Resp. Civil	100.000	1.151	96	02/18 a 02/19
Fairfax	Resp. Civil	1.000	88	7	02/18 a 02/19

9. Imobilizado

Descrição	Taxa média anual de depreciação			30/06/2018	31/12/2017
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço		26.094.522	(810.516)	25.284.006	22.478.980
Geração	4,55%a.a	26.071.419	(801.128)	25.270.291	22.470.033
Administração	17,22%a.a	23.103	(9.388)	13.715	8.947
Imobilizado em curso		14.687.415	-	14.687.415	16.290.336
Geração		14.687.415	-	14.687.415	16.290.336
		40.781.937	(810.516)	39.971.421	38.769.316

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado – Continuação

	Saldos em 31/12/2016	Movimentações			Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2017	Movimentações			Saldos em 30/06/2018
		Adições	Baixa	Transferências			Adições	Baixa	Transferências	
Geração em Serviço										
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	(145)	145	-
Reservatório, barragens e adutoras	13.363.845	-	-	229.212	13.593.057	13.804.822	-	-	627.873	14.432.695
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.194.289	-	-	460.226	1.654.515	2.043.082	-	-	398.335	2.441.417
Máquinas e Equipamentos	3.413.103	555	-	1.873.984	5.287.642	7.121.973	44	-	2.070.014	9.192.031
Veículos	2.967	-	-	-	2.967	4.291	810	-	-	5.101
Móveis e Utensílios	110	4	-	-	114	175	-	-	-	175
	17.974.314	559	-	2.563.422	20.538.295	22.974.343	854	(145)	3.096.367	26.071.419
(-) Depreciação Acumulada										
Reservatório, barragens e adutoras	(35.151)	(70.360)	-	-	(105.511)	(215.917)	(125.635)	-	-	(341.552)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.548)	(18.693)	-	-	(27.241)	(54.144)	(33.140)	-	-	(87.284)
Máquinas e Equipamentos	(40.979)	(79.594)	-	-	(120.573)	(232.293)	(137.732)	-	-	(370.025)
Veículos	(1.519)	(212)	-	-	(1.731)	(1.944)	(306)	-	-	(2.250)
Móveis e utensílios	(3)	(3)	-	-	(6)	(12)	(5)	-	-	(17)
	(86.200)	(168.862)	-	-	(255.062)	(504.310)	(296.818)	-	-	(801.128)
Geração em curso										
Terrenos	876.413	2.582	-	12	879.007	880.431	2.316	-	(173)	882.574
Reservatório, barragens e adutoras	1.192.083	53.121	-	(202.916)	1.042.288	908.770	416.629	-	(619.892)	705.507
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.759.478	113.458	-	(442.953)	2.429.983	2.121.642	51.572	-	(374.789)	1.798.425
Máquinas e Equipamentos	10.972.219	16.536	-	(470.713)	10.518.042	10.209.406	48.471	-	(846.002)	9.411.875
A ratear (c)	329.982	1.052.311	-	(957.581)	424.712	385.332	747.286	-	(1.047.397)	85.221
Adiantamento a fornecedores (b)	1.794.728	290.182	-	(489.271)	1.595.639	1.579.095	226.960	-	(208.114)	1.597.941
Estudos e projetos (a)	161.390	-	-	-	161.390	161.390	-	-	-	161.390
Depósitos Judiciais (d)	44.357	24	-	-	44.381	44.270	212	-	-	44.482
	18.130.650	1.528.214	-	(2.563.422)	17.095.442	16.290.336	1.493.446	-	(3.096.367)	14.687.415
Administração em Serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.004	-	-	-	1.004	1.004	-	-	-	1.004
Máquinas e Equipamentos	12.000	109	-	-	12.109	12.377	5.654	-	-	18.031
Móveis e Utensílios	3.851	75	-	-	3.926	3.961	107	-	-	4.068
	16.855	184	-	-	17.039	17.342	5.761	-	-	23.103
(-) Depreciação Acumulada										
Edificações, obras civis e benfeitorias	(195)	(16)	-	-	(211)	(228)	(16)	-	-	(244)
Máquinas e Equipamentos	(5.540)	(760)	-	-	(6.300)	(7.026)	(855)	-	-	(7.881)
Móveis e Utensílios	(900)	(120)	-	-	(1.020)	(1.141)	(122)	-	-	(1.263)
	(6.635)	(896)	-	-	(7.531)	(8.395)	(993)	-	-	(9.388)
	36.028.984	1.359.199	-	-	37.388.183	38.769.316	1.202.250	(145)	-	39.971.421

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado – Continuação

- (a) Refere-se, substancialmente, aos investimentos iniciais, nas fases de gastos com estudos de engenharia, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias em vigor. Estes custos serão rateados no total da usina após a conclusão da obra. Desta forma, o ativo em curso só será unitizado nesse momento. A estimativa de gastos futuros com imobilizado pode ser visualizada na Nota 29.
- (b) Parte dos valores classificados na rubrica de “Geração em curso” refere-se a adiantamentos feitos para a IMPSA - Wind Power Energia S.A. e Consórcio ELM (Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda., Andritz Hidro Inepar do Brasil S.A. e Voith Hydro Ltda.), para fornecimento de equipamentos eletromecânicos e para o Consórcio CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte), responsável pela obra civil da construção da Usina. Devido à incerteza na recuperação integral dos valores adiantados, em 2014 foi provisionado para perda o montante de R\$255.841 referente a R\$3.955 do contrato dos equipamentos hidromecânicos com a “IESA Projetos Montagens E Equipamentos S.A.”, que está em recuperação judicial, em razão do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais, sendo que a Companhia foi relacionada no processo como credora, e R\$251.886 do contrato com o Consorcio IMPSA Belo Monte que, por razões do não cumprimento de cláusulas e marcos contratuais por parte do Contratado, que impactariam na conclusão do fornecimento e comprometeriam o empreendimento, o contrato foi rescindido unilateralmente pela Norte Energia. Foi revertido da mencionada provisão, em 2015, o valor de R\$21.207, e em 2016 o valor de R\$696, em razão da entrega de materiais. Em outubro de 2017 foi revertido o valor de R\$42.494 a título de indenização securitária, em razão da apólice de seguro contratada com a Zurich Seguradora.
- (c) A rubrica “A ratear” destina-se ao reconhecimento dos custos incorridos em benefício da obra que não sejam passíveis de alocação direta ao respectivo bem ou direito pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI). A Administração entende que a alocação dos custos será realizada quando da entrada em operação da Usina, sendo rateados proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo. A partir de julho de 2016, com o início do processo contábil de unitização, o saldo da rubrica “A ratear” foi transferido para a composição do custo das unidades geradoras no ativo imobilizado. Em fevereiro e junho de 2018 ocorreram o 8º e 9º Ciclos de unitização com a entrada em operação das Unidades Geradoras 08 e 09.

Composição da rubrica “A ratear”

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mobilização e canteiro de obras	-	35.722
Juros capitalizados	-	229.814
Projetos e consultorias de engenharia	75.214	76.920
Encargos financeiros, comissões bancárias e seguros	-	4.774
Outros	10.007	38.102
	<u>85.221</u>	<u>385.332</u>

- (d) A rubrica destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas às imobilizações em curso, pelo sistema de Ordem de Imobilização (ODI).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Imobilizado – Continuação

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo remanescente da concessão. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vida útil e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo que os bens que possuem vida útil superior ao período da concessão deverão ser ajustados para que a mesma se limite ao prazo desta, em razão de os investimentos não serem indenizáveis ao final da concessão.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente, bem como em 31 de dezembro de 2017.

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo, que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados, em conformidade com as regras previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2011 e até 30 de junho de 2018 foram capitalizados R\$7.065.151 (sendo R\$610.647 no primeiro semestre de 2018 e R\$825.065 no mesmo período do exercício anterior). Os custos de empréstimos e financiamentos relacionados às unidades em operação estão sendo alocados no resultado do exercício (R\$511.103 no primeiro semestre de 2018 e R\$297.595 no primeiro semestre de 2017).

A Administração da Companhia realizou a revisão do valor recuperável do ativo imobilizado e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada.

10. Intangível

10.1. Composição

Descrição	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 30/06/2018	Valor líquido 31/12/2017
Intangíveis em serviço		390.785	(24.395)	366.390	338.661
Geração		374.948	(9.767)	365.181	337.135
Uso do Bem Público (UBP)	0,9% a.a.	374.948	(9.767)	365.181	337.135
Administração		15.837	(14.628)	1.209	1.526
Licença de uso de software	16,86% a.a.	15.806	(14.628)	1.178	1.495
Marcas e patentes		31	-	31	31
Intangível em curso		4.442	-	4.442	4.370
Geração		2.867	-	2.867	2.867
Uso do Bem Público (UBP)		-	-	-	-
Servidão		2.548	-	2.548	2.548
Depósitos judiciais		319	-	319	319
Administração		1.575	-	1.575	1.503
Licença de uso de software		1.575	-	1.575	1.503
		395.227	(24.395)	370.832	343.031

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

10. Intangível - continuação

10.2. Movimentação

	Saldos em 31/12/2016	Movimentações 2017		Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2017	Movimentações 2018		Saldos em 30/06/2018
		Adições	Transferências			Adições	Transferências	
Intangível em serviço:	15.592	245	-	15.837	356.018	-	34.767	390.785
Uso do Bem Público(UBP)	-	-	-	-	340.181	-	34.767	374.948
Marcas e patentes	31	-	-	31	31	-	-	31
Licença de uso de software	15.561	245	-	15.806	15.806	-	-	15.806
				-				-
(-) Amortização acumulada	(11.646)	(1.435)	-	(13.081)	(17.357)	(7.038)	-	(24.395)
Intangível em curso:	313.051	34.338	-	347.389	4.370	34.839	(34.767)	4.442
Uso do Bem Público (UBP)	308.694	34.334	-	343.028	-	34.767	(34.767)	-
Licença de uso de software	1.503	-	-	1.503	1.503	72	-	1.575
Servidão	2.535	4	-	2.539	2.548	-	-	2.548
Depósitos judiciais	319	-	-	319	319	-	-	319
	316.997	33.148	-	350.145	343.031	27.801	-	370.832

A Administração da Companhia realizou a revisão do valor recuperável do ativo intangível e concluiu pela não existência de perda a ser contabilizada.

10.3. Uso do Bem Público

A Companhia paga à União o valor anual de R\$16.617, em parcelas mensais equivalentes a 1/12, a partir da operação comercial da primeira unidade geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo circulante e não circulante no montante de R\$85.284 e R\$265.058, respectivamente, totalizando R\$350.342 em 30 de junho de 2018 (R\$329.855 em 31/12/2017), em contrapartida do ativo intangível, que por sua vez é atualizado pela variação do IPCA anualmente e descontado a valor presente pela taxa interna de retorno do projeto. Em 2015 foram pagas duas parcelas que totalizaram R\$3.651, cujo pagamento posterior foi suspenso por força de liminar judicial. Em outubro de 2017, reiniciou-se o pagamento do UBP e por consequência o ativo intangível reconhecido como contrapartida dessa obrigação começou a ser amortizado.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Depósitos judiciais e cauções

Composição:

	30/06/2018	31/12/2017
Cauções Pactual (a)	1.497	1.456
Caução CEF (b)	424.053	418.658
Depósito Judicial – Tributário (c)	16.792	14.965
Depósito Judicial – Cíveis (d)	195.017	194.316
Depósito Judicial – Trabalhistas	413	413
	637.772	629.808
Circulante	1.497	1.456
Não circulante	636.275	628.352

- (a) Contrato de caução firmado em 15 de abril de 2013 por Norte Energia S.A., CISA Trading S.A. e Banco BTG Pactual S.A. exigido pelo contrato de compra e venda de mercadorias por encomenda. A Companhia celebrou, em 25 de fevereiro de 2013, um contrato de compra e venda por aquisição de mercadorias importadas para o atendimento ao Termo de Cooperação Técnico-Financeiro assinado com o Governo do Estado do Pará, objetivando atender às metas estabelecidas no Projeto Básico Ambiental (PBA), dentro das condicionantes da área de segurança pública. Parte dos equipamentos foi entregue em 2015, restando a entrega dos equipamentos que estão passando por processo de customização. A previsão é que o processo de customização seja finalizado em 2018.
- (b) Contrato de Caução firmado com o Operador Nacional do Sistema –ONS referente à Utilização do Sistema de Transmissão no valor de R\$5.218 e Conta Reserva para atender as exigências previstas no contrato de Financiamento do BNDES no valor de R\$418.835, sendo R\$12.222 referente a aplicação em fundo exclusivo, o qual não é consolidado devido as características do contrato firmado junto ao BNDES, que impossibilita a gestão dos recursos de forma arbitrária pela Norte Energia S.A.
- (c) Exigência jurídica vinculada a ação movida contra Prefeitura Municipal de Altamira, referente a recolhimento mensal do ISS. Discussão pertinente a incidência de ISS sobre inclusão na base de cálculo dos valores vinculados a materiais aplicados e serviços de terceiros contratados, pelos serviços tomados junto ao CCBM. Em setembro de 2014, foi registrado o resgate dos alvarás emitidos para a Prefeitura Municipal de Altamira referente à parte incontroversa.
- (d) Em 04 de Abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública intentada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal, que pleiteia o imediato depósito do valor referente a compensação ambiental o qual foi realizado em 27 de abril de 2016, no valor de R\$109.186 (Nota 15). Em 18 de janeiro de 2017, a Companhia realizou um depósito judicial no valor de R\$52.961 a ser transferido ao Consórcio Montador de Belo Monte, a título de cumprimento de liminar, ficando o valor em aberto na conta do fornecedor até a conclusão do processo judicial. (Nota 13). O restante do saldo refere-se basicamente a atualização monetária dos saldos.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Outros créditos

Composição:

	30/06/2018	31/12/2017
Adiantamentos pessoal	14	44
Adiantamentos fornecedores	3.089	2.789
Títulos a receber	831	831
Estoque	74	47
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.055	900
Credores diversos	3.833	3.340
	8.896	7.951
Circulante	5.063	4.611
Não circulante	3.833	3.340

13. Fornecedores

Composição:

	30/06/2018	31/12/2017
Consórcio Construtor de Belo Monte	42.321	102.730
Instituto Chico Mendes (a)	124.974	124.974
Outros fornecedores de investimento	183.932	202.313
Compra de energia (b)	-	727.823
Encargo da transmissão, conexão e distribuição	37.878	29.419
Outros fornecedores materiais e serviços	4.080	4.269
	393.185	1.191.528

- (a) Em 2016, foi determinado que o valor referente a compensação ambiental fosse depositado em juízo, ficando o valor em aberto na conta do fornecedor até a conclusão do processo judicial (vide Nota 15).
- (b) Refere-se à provisão de execução da Garantia Financeira na CCEE. De acordo com o Despacho da Diretoria Geral da ANEEL nº 4.344 de 21 de dezembro de 2017, os débitos decorrentes da liquidação da contabilização de outubro de 2017 somados ao resultado financeiro da contabilização de novembro de 2017 foram divididos em seis parcelas a contar da liquidação de novembro de 2017, disponibilizada em janeiro de 2018 ; e o resultado financeiro da contabilização de dezembro de 2017 foi dividido em cinco parcelas a contar da liquidação de dezembro de 2017, disponibilizada em fevereiro de 2018. Esses débitos foram liquidados ao final de junho de 2018.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Outras contas a pagar

Composição:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tributos retidos na fonte	4.093	1.871
Tributos a recolher:	133.681	106.477
ISS (a)	22.486	20.892
INSS	6.651	2.952
PIS/COFINS/CSLL	82.587	56.674
ICMS	21.534	24.907
Outros tributos a recolher	423	1.052
Obrigações trabalhistas	16.476	21.878
Credores Diversos (b)	29.110	29.110
CFURH (c)	25.904	4.047
P&D (d)	22.682	14.384
Outros	7.641	5.950
	<u>239.587</u>	<u>183.717</u>

- a) Conforme Nota 11 item (c) a parte controversa do recolhimento mensal do ISS retido do CCBM no Município de Altamira está sendo depositado em juízo, totalizando R\$16.792.
- b) Com a finalização da estratégia de compra de energia, em função do não pagamento dos valores a receber pela CCEE, os valores da notificação de penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente às competências de maio a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017 estão sendo registrados como provisão, em caso da perda da liminar (vide nota 1). Devido a uma defasagem operacional da CCEE no envio dessas notificações, no primeiro semestre de 2017 foram divulgadas as notificações das competências de outubro a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017. A partir da competência abril de 2017, não foram mais constituídas provisões devido o prognóstico de perda ser caracterizado como "Possível", sendo que nesse período as notificações recebidas totalizam o valor de R\$616.000, atualizadas até 30 de junho de 2018 (Nota 15).
- c) Refere-se a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH, conforme estabelecido pela ANEEL.
- d) Refere-se a Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, conforme estabelecido pela ANEEL.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Provisões para litígios

a) Composição das provisões para litígios:

	Provisões Cíveis	Provisões Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2016	11.838	1.052	12.890
Construída durante o período	1.205	-	1.205
Em 30 de junho de 2017	13.043	1.052	14.095
Em 31 de dezembro de 2017	23.680	1.000	24.680
Baixada durante o período	(11.067)	(3.375)	(14.442)
Construída durante o período	-	8.190	8.190
Em 30 de junho de 2018	12.613	5.815	18.428

A constituição de provisão trabalhista no valor de R\$ 8.190 refere-se a 48 processos em que a Norte Energia foi citada como responsável subsidiária. Além disso, houve no período acordos e outros processos encerrados o que acarretou na reversão de R\$ R\$ 3.375.

Em maio de 2018, a Companhia foi condenada ao pagamento de R\$ 11.000 referente ao processo arbitral movido pela Votorantim S.A.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Provisões para litígios – Continuação

b) Contingências passivas de riscos remotos

A Companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (“IBAMA”) em relação a possíveis descumprimentos de condicionantes da Licença Ambiental de Instalação (“LI”) e da Licença de Operação (“LO”) da UHE.

Licença de Instalação		Licença de Operação	
Data de Citação	Valor	Data de Citação	Valor
15/02/2012	7.000	18/02/2016	7.501
13/09/2013	101	26/12/2016	501
01/10/2013	3.000	12/04/2017	7.511
08/10/2013	2.700	27/04/2017	251
17/06/2014	101	27/04/2017	50
17/06/2014	51	27/04/2017	5
08/10/2014	101	27/04/2017	502
14/10/2015	51	22/05/2017	101
27/11/2015	5.088		
03/08/2016	5.011		
	23.204		16.422

Todos os procedimentos administrativos cabíveis estão sendo aplicados, inclusive interposição de recurso administrativo. Adicionalmente, existem outros processos administrativos com o referido instituto, estimado em R\$33.343.

O assunto não implica qualquer suspensão da referida licença, que continua válida, e, por isso, as obras e demais atividades do empreendimento seguem seu curso normal. Vale ressaltar que o próprio IBAMA, nos documentos que embasam a autuação, destacou que as desconformidades apontadas não implicam “reflexos ambientais negativos”.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia teve uma ação intentada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que pleiteia indenização por perdas e danos decorrentes do suposto atraso nas obras de reforma, ampliação e construção de escolas. O valor proposto na ação é de R\$144.561.

Os autos permanecem conclusos com decisão liminar favorável a Norte Energia.

Em 04 de abril de 2016, a Companhia teve uma ação civil pública ajuizada pelo Estado do Pará e Ministério Público Federal que, também envolve o IBAMA, ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que tem por causa pedir a suposta nulidade parcial da decisão, proferida pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal, que deliberou acerca da destinação dos recursos previstos na compensação ambiental decorrente da implantação da UHE Belo Monte.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

15. Provisões para litígios – Continuação

Em sede de antecipação parcial dos efeitos da tutela, foi determinado o depósito judicial do valor de R\$109.186 que seria destinado ao Estado de Mato Grosso, o que foi prontamente atendido pela Norte Energia em 27 de abril de 2016 (Nota 11.d).

Os referidos processos foram avaliados pelos assessores jurídicos e possuem prognóstico de **perda remota**, contudo, devido a relevância do assunto, a Administração optou por divulgá-los.

c) Contingências passivas de riscos possíveis

Existem ainda, ações nas quais a Companhia é parte envolvida, que com base em análises preparadas pela Administração e seus assessores jurídicos possuem prognóstico de **perda possível**:

- a) Ação movida pelo Ministério Público Federal do Pará, pleiteando a suspensão da Licença de Instalação por alegar suposto descumprimento das condicionantes da Licença Prévia nº 342/2010. O valor estimado da demanda é de R\$783;
- b) Ações referentes a indenizações pela desocupação, avaliações de benfeitorias em propriedades desapropriadas e outras indenizações no valor de R\$464.698;
- c) Ações em procedimento arbitral no âmbito da Camara de Comércio Internacional no montante de R\$990.836 referente a não cumprimento contratual por parte de Norte Energia S.A. em relação ao consórcio CMBM e Andritz Hydro S.A.;
- d) Ações trabalhistas onde a Norte Energia foi incluída no polo passivo na qualidade de responsável subsidiária, no valor estimado de R\$167.712;
- e) Ação indenizatória movida pelo Consórcio Gel Gouvea e Outros, no valor estimado de R\$36.249;
- f) Procedimento arbitral promovido pelos Acionistas AMAZONIA, CHESF e PETROS na Câmara de Arbitragem – FGV requerendo a suspensão dos efeitos da 24ª AGE e anulação da 25ª AGE, no valor estimado de R\$32.401.
- g) Procedimento Administrativo sobre a Taxa de Fiscalização de Utilização de Recursos Hídricos, instituído pelo Governo do Estado do Pará, no valor estimado de R\$121.811.
- h) Penalidade por insuficiência de lastro na entrega de energia elétrica referente as competências de maio a dezembro de 2016 e janeiro a março de 2017 impostas pela CCEE, no valor estimado de R\$616.000.

Portanto, como determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram reconhecidas quaisquer provisões sobre as demandas descritas anteriormente com estimativas de perdas classificadas como riscos possíveis e remotos.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos e financiamentos

Composição:

	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos - BNDES	27.595.886	27.254.570
Empréstimos e financiamentos - ABC	104.662	-
	27.700.548	27.254.570
Circulante	2.099.971	1.707.983
Não circulante	25.600.577	25.546.587

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota 9).

As condições de liberação dos recursos, bem como os prazos e índices de atualizações estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, a qual deve ser lida em conjunto com estas demonstrações.

Empréstimos e financiamentos – BNDES

O resumo das liberações conforme as linhas de créditos estão demonstradas na tabela abaixo:

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2016	25.615.250
Total encargos no período	1.122.659
Saldo em 30 de junho de 2017	26.737.909
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.254.570
Total encargos no período	1.121.750
Total de pagamentos no período	(780.434)
Saldo em 30 de junho de 2018	27.595.886

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos e financiamentos – Continuação

Empréstimos e financiamentos – BNDES – Continuação

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção durante todo o exercício do financiamento, do índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 15% e da manutenção de índice financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,2, calculado a partir da entrada em operação da UHE e a consequente amortização das parcelas de financiamento, iniciado em fevereiro de 2017 com obrigatoriedade de divulgação no final do exercício, quando deverá, inclusive, ser auditado.

O cálculo será realizado da seguinte forma:

$$ICD = (A)/(B)$$

Sendo:

(A) Geração de caixa
(+) EBITDA
(-) Imposto de renda
(-) Contribuição social

(B) Serviço da dívida
(+) Amortização de principal
(+) Pagamento de juros

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia estava adimplente com todas as obrigações contratuais.

Adicionalmente o contrato prevê as seguintes garantias:

Pré-operacionais:

§ Fiança corporativa dos sócios;
§ Penhor de ações da SPE;
§ Pacote de Seguros e Garantias associados aos contratos de construção e fornecimento de equipamentos.

Após entrada em operação:

§ Penhor de ações da SPE;
§ Recebíveis (CCEARs) e demais direitos emergentes da concessão;
§ Conta reserva de 3 meses do serviço da dívida e dos custos de O&M.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Empréstimos e financiamentos – Continuação

Empréstimos e financiamentos – ABC

A Companhia contratou, em 15 de janeiro de 2018, uma linha de capital de giro de R\$ 100.000 junto ao banco ABC Brasil cujos saldo em 30 de junho de 2018 e detalhes do financiamento estão descritos abaixo:

Custo Total	10,52% a.a.
Liberação	15-jan-2018
Vencimento	10-jan-2019
Amortização de Principal	10-jan-2019
Pagamento de Juros	16-jul-2018, 11-dez-2018, 11-jan-2019

Empréstimo - Capital de Giro	Valor
Principal	100.000
Juros	4.662
Em 30 de junho de 2018	<u>104.662</u>

Cronograma de vencimentos

Os vencimentos das parcelas do financiamento estão atualizados até 30 de junho de 2018 e distribuídos como segue:

	Valor
2018	<u>1.705.479</u>
2019	2.368.588
2020	2.638.508
A partir de 2021	20.987.973
	<u>27.700.548</u>

Em fevereiro de 2017, iniciou-se a amortização das parcelas de financiamento, sendo que até o primeiro semestre de 2018 foi amortizado o montante de R\$1.410.583 (R\$65.661 no primeiro semestre de 2017) referente ao principal e juros.

Direto	877.387
Principal	176.869
Juros	700.518
Indireto	533.196
Principal	72.032
Juros	461.164
Total pago até junho de 2018	<u>1.410.583</u>

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Partes relacionadas

	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado 1º. Semestre 2018	Ativo	Passivo	Resultado 1º. Semestre de 2017
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte (a)	-	11.004	(28.401)	-	8.245	(41.484)
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (b)	-	5.904	(32.723)	-	4.676	(8.931)
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS (c)	5.290	-	31.237	5.015	-	20.189
	5.290	16.908	(29.887)	5.015	12.921	(30.226)

- (a) Refere-se a contas a pagar do serviço de comunicação entre Brasília e Altamira e serviço de operação e manutenção da usina. A ELETRONORTE participa do quadro de Acionista da Companhia, com 19,98%.
- (b) Refere-se a contas a pagar do serviço de encargo do sistema de transmissão pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A CHESF participa do quadro de Acionista da Companhia, com 15%.
- (c) Refere-se à venda de energia elétrica compondo o saldo de contas a receber (nota 6). A SINOBRAS participa do quadro de Acionista da Companhia, com 1%.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Partes relacionadas – Continuação

A Administração da Companhia avalia que as compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e a energia elétrica vendida tem como base as tarifas homologadas pela ANEEL.

As transações com as partes relacionadas ligadas indiretamente à Companhia, nas quais os Acionistas possuem participação societária referente aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST são as seguintes:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado 1º. Semestre 2018	Ativo	Passivo	Resultado 1º. Semestre 2017
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	17	(254)	-	13	
Amazonia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	-	2	(501)	-	2	
ATE III Transmissora de Energia S.A.	-	5	(1.362)	-	5	(1.250)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	1	(279)	-	1	
Cemig Geracao e Transmissao S.A.	-	10	(8.287)	-	10	(2.926)
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	-	1	(186)	-	-	
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista	-	20	(17.048)	-	20	
ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	-	34	(485)	-	28	
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	36	(13.734)	-	36	
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	-	249	(3.715)	-	203	
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	-	2	(404)	-	2	
Evrecy Participações Ltda.	-	0	(92)	-	-	
Furnas-Centrais Elétricas S.A.	-	37	(36.281)	-	37	(10.531)
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	111	(1.585)	-	79	
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A.	-	1	(203)	-	1	
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.	-	1	(227)	-	1	
Light Energia S.A.	-	0	(26)	-	-	
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	-	12	(195)	-	9	
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	-	16	(257)	-	-	
São Gotardo Transmissora de Energia S.A.	-	0	(1)	-	-	
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	127	(1.930)	-	104	
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	-	80	(18.137)	-	80	(17.751)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	-	22	(332)	-	18	
Vale S.A.(a)	51.881	-	295.018	45.156	-	(19)
	51.881	784	189.497	45.156	649	(32.477)

(a) Refere-se à provisão de venda de energia elétrica, compondo o saldo de contas a receber (nota 6).

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

17. Partes relacionadas – Continuação

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Remuneração dos administradores	2.275	1.317
Encargos sociais	602	341
Benefícios	180	174
Total do período	3.057	1.832

18. Provisões socioambientais

Refere-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

Movimentação:

	Total
Constituição no exercício	<u>602.900</u>
Realização no exercício	<u>(134.206)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>468.694</u>
Constituição no exercício	4.250
Realização no exercício	<u>(352.196)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>120.748</u>
Realização no período	(177.966)
Constituição no período (a)	363.694
Em 30 de junho de 2018	306.476

- (a) A constituição da provisão foi baseada no gasto residual do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu até a data-base de abril/2018 levando em consideração o valor estipulado por Decreto Presidencial de R\$500.000.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Capital social

No segundo trimestre de 2018 foi realizada a 44ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e aprovadas as subscrições de capital no valor de R\$430.000, passando o capital subscrito de R\$12.966.000 para R\$13.396.000, sendo integralizados R\$13.010.058 que compreendem 13.010.058 ações ordinárias (R\$12.165.858, correspondente a 12.165.858 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2017).

As integralizações de capital foram aprovadas pelo Conselho de Administração, nas seguintes datas:

Assembleia para aprovação	Data	Quantidade de ações (em lotes de mil)	Valor
			integralizado (em lotes de mil)
Até 31 de dezembro	2016	11.300.000	11.127.665
Aprovado no período	2017	763.000	680.550
Total em 30 de junho	2017	12.063.000	11.808.215
<hr/>			
Total em 31 de dezembro	2017	12.458.000	12.165.858
<hr/>			
Aprovado no período	2018	938.000	844.200
Total em 30 de junho	2018	13.396.000	13.010.058

Em 16 de junho de 2016 foi elaborada uma Nota Técnica de Adimplemento da SINOBRAS e em 06 de julho de 2016 na 24ª AGE foi assinado um Termo de Confissão de Dívida da SINOBRAS para regularização do inadimplemento das integralizações. Até 31 de dezembro de 2017 foi quitado o valor total de R\$24.238 referente ao aporte atrasado e em 2018 não houve pagamentos.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a estrutura societária da Companhia é assim representada:

Acionista	Subscrito	30/06/2018			31/12/2017		
		Integralizado	A Integralizar	Participação	Integralizado	A Integralizar	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte	2.676.521	2.676.521	0	19,98%	2.489.108	0	19,98%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A- Eletrobras	2.009.400	2.009.400	0	15,00%	1.868.700	0	15,00%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	2.009.400	2.009.400	0	15,00%	1.868.700	0	15,00%
Belo Monte Participações S.A.	1.339.600	1.339.600	0	10,00%	1.245.800	0	10,00%
Fundação Petrobras de Seguidade Social - PETROS	1.339.600	1.339.600	0	10,00%	1.245.800	0	10,00%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	1.339.600	989.000	350.600	10,00%	989.000	256.800	10,00%
Amazônia Energia Participações S.A.	1.308.789	1.308.789	0	9,77%	1.217.147	0	9,77%
Aliança Norte Energia Participações S.A.	1.205.640	1.205.640	0	9,00%	1.121.220	0	9,00%
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS	133.960	98.618	35.342	1,00%	89.238	35.342	1,00%
J. Malucelli Energia S.A.	33.490	33.490	0	0,25%	31.145	0	0,25%
	13.396.000	13.010.058	385.942	100,00%	12.165.858	292.142	100,00%

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Receita operacional líquida

Composição:

	01/01/2018 à 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 à 30/06/2017 (6 meses)	01/04/2018 à 30/06/2018 (3 meses)	01/04/2017 à 30/06/2017 (3 meses)
Suprimento de energia elétrica (a)	1.988.494	1.191.915	994.900	649.184
Energia Elétrica de Curto Prazo	291.806	(49.019)	244.049	(70.936)
Tributos sobre a venda:	(228.980)	(114.294)	(128.393)	(58.195)
PIS	(37.657)	(18.858)	(20.467)	(9.541)
COFINS	(173.449)	(86.860)	(94.272)	(43.947)
ICMS	(17.874)	(8.576)	(13.654)	(4.707)
CFURH (b)	(77.403)	(49.049)	(39.550)	(25.400)
Outras deduções da receita	(26.630)	(12.799)	(14.484)	(6.758)
	<u>1.947.287</u>	<u>966.754</u>	<u>1.056.522</u>	<u>487.895</u>

a) Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente. No primeiro semestre de 2018 entraram em operação as Unidades Geradoras 08 (UG08) e 09 (UG09) o que acarretou no aumento do faturamento no período (Nota 6).

b) Refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

21. Custos da compra de energia

Composição:

	01/01/2018 à 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 à 30/06/2017 (6 meses)	01/04/2018 à 30/06/2018 (3 meses)	01/04/2017 à 30/06/2017 (3 meses)
Custo de compra de energia (a)	25.331	(5.835)	32.237	(7.965)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(233.758)	(139.218)	(118.942)	(73.262)
Serviços de operação e manutenção	(46.836)	(38.497)	(23.206)	(19.483)
	<u>(255.263)</u>	<u>(183.550)</u>	<u>(109.911)</u>	<u>(100.710)</u>

(a) Os valores do grupo “Custo de compra de energia” se referem à apropriação em resultado da posição devedora na CCEE devido ao efeito do GSF.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

22. Custos de operação

	01/01/2018 à 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 à 30/06/2017 (6 meses)	01/04/2018 à 30/06/2018 (3 meses)	01/04/2017 à 30/06/2017 (3 meses)
Pessoal	(1.762)	(564)	(927)	(303)
Administradores	(634)	-	(317)	-
Serviços de terceiros	(38.129)	(52.516)	(20.516)	(25.089)
Depreciação e amortização	(303.538)	(165.471)	(159.608)	(93.053)
Seguros (a)	(171.976)	-	(86.443)	-
Penalidades contratuais e regulatórias (b)	(2.593)	(90.322)	(2.593)	(51.611)
Provisão (c)	(3.065)	-	(176)	-
Outros	(7.691)	(5.367)	(4.051)	(3.607)
	<u>(529.388)</u>	<u>(314.240)</u>	<u>(274.631)</u>	<u>(173.663)</u>

(a) Refere-se ao prêmio do seguro pelo repasse do risco hidrológico pago à CCEE.

(b) Refere-se a provisão por insuficiência de lastro de energia elétrica, originada pelo chamado ativo da CCEE. O Lastro para Venda de Energia é constituído pela Garantia Física proporcionada pelo empreendimento de geração de energia ou contratos de compra de energia. Atualmente a aplicação dessa penalidade técnica está suspensa em função de liminar proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 100045203.2015.4.01.0000. No primeiro semestre de 2017, foi registrado o montante de R\$90.322. Não ocorreram atualizações nesse saldo a partir de julho de 2017 (Nota 14).

(c) Em março de 2018, foi reconhecida a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa referente aos recebíveis. (Nota 6).

23. Despesas operacionais

	01/01/2018 à 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 à 30/06/2017 (6 meses)	01/04/2018 à 30/06/2018 (3 meses)	01/04/2017 à 30/06/2017 (3 meses)
Pessoal	(19.176)	(14.100)	(9.271)	(6.920)
Administradores	(2.423)	(1.832)	(1.188)	(930)
Materiais	(525)	(470)	(345)	(158)
Serviços de terceiros	(15.851)	(11.958)	(8.925)	(5.020)
Depreciação e amortização	(1.311)	(5.723)	(724)	(1.194)
Arrendamentos e aluguéis	(2.164)	(1.816)	(1.141)	(1.125)
Seguros	(288)	(349)	(192)	(262)
Passagens	(1.400)	(512)	(747)	(304)
Internet	(866)	(778)	(421)	(359)
Provisão para litígios	(4.748)	-	(3.765)	-
Outros	(4.156)	(2.449)	(1.639)	(1.348)
	<u>(52.908)</u>	<u>(39.987)</u>	<u>(28.358)</u>	<u>(17.620)</u>

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

24. Resultado financeiro

	01/01/2018 à 30/06/2018 (6 meses)	01/01/2017 à 30/06/2017 (6 meses)	01/04/2018 à 30/06/2018 (3 meses)	01/04/2017 à 30/06/2017 (3 meses)
Juros sobre aplicações financeiras	14.369	14.220	7.156	8.008
Juros e variações monetárias (a)	39.330	17.591	1.826	16.912
Outras receitas financeiras	(181)	(1.098)	1.262	(980)
Receitas financeiras	53.518	30.713	10.244	23.940
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	(1.126.692)	(1.122.659)	(558.505)	(551.354)
(-) Capitalização de empréstimo (c)	610.647	825.065	292.553	389.937
Outras despesas financeiras	(10.382)	(23.080)	(4.921)	(22.862)
Despesas financeiras	(526.427)	(320.674)	(270.873)	(184.279)
Resultado financeiro, líquido	(472.909)	(289.961)	(260.629)	(160.339)

(a) Valores referentes ao recebimento de atualização monetária e multas por atraso na integralização de capital e recebimento de clientes em atraso.

(b) O valor dos juros é relacionado diretamente aos encargos do financiamento (Nota 16)

(c) A capitalização dos juros sobre empréstimos e financiamentos segue o contexto econômico, alinhado à evolução gradual de ativação das turbinas, conforme CPC 20 (R1), item 24, que versa sobre a cessação da capitalização destes custos quando a entidade completa a construção de um ativo qualificável em partes e cada parte pode ser utilizada durante a construção das demais. O valor dos juros capitalizados é líquido das receitas financeiras geradas pelas aplicações dos recursos dos financiamentos, sendo que entre 2016 e junho de 2018 não ocorreram liberações do financiamento. Desta forma, as receitas financeiras são decorrentes apenas de capital próprio, fato que impossibilita a dedução dos juros capitalizados.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sob o regime de Lucro Real anual – Estimativa Mensal, respectivamente, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	30/06/2018		30/06/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	636.819	636.819	139.016	139.016
Provisões temporárias	798.269	798.269	84.466	84.466
	1.435.088	1.435.088	223.482	223.482
Adições	32.800	32.800	9.296	9.296
Exclusões	(811.428)	(811.428)	(84.466)	(84.466)
Base de cálculo IR/CS diferidos	656.460	656.460	148.312	148.312
Alíquota do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal - 34%	164.115	59.081	37.078	13.348
Adições e exclusões permanentes:	-	-	(115)	-
Imposto de renda e contribuição social	164.115	59.081	36.963	13.348
	223.196		50.311	

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Imposto de renda e contribuição social – Continuação

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	30/06/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	3.065	3.065	-	-
Provisão para perdas	187.742	187.742	187.741	187.741
Provisões para contingências (Nota 15)	5.815	5.815	1.000	1.000
Provisões para Energia Elétrica	253.187	253.187	865.591	865.591
Diferenças temporárias	449.809	449.809	1.054.332	1.054.332
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL	112.452	40.483	263.583	94.890
Prejuízo Fiscal IRPJ e Base Negativo CSLL	602.553	602.553	460.745	460.745
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRCS s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	150.638	54.230	115.186	41.467
	357.803		515.126	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativos) resultantes dos prejuízos fiscais e base negativa foram registrados com base na probabilidade de realização, por meio de lucros tributáveis futuros, oriundos das operações de venda de energia que teve início em 2016. Tal probabilidade baseou-se em plano de negócios, elaborado pela Administração da, de forma que o aproveitamento fiscal dos prejuízos acumulados no modelo poderá se iniciar a partir de 2018.

	Valor
2018	47.488
2019	41.044
2020	24.873
2021	86.871
2022	157.527
	357.803

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

25. Imposto de renda e contribuição social – Continuação

c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	30/06/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Dedut. Antecipada Juros	(665.115)	(665.115)	(670.393)	(670.393)
Provisão Energia Elétrica	(449.445)	(449.445)	(250.422)	(250.422)
Diferenças temporárias passivas	(1.114.560)	(1.114.560)	(920.815)	(920.815)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(278.640)	(100.310)	(230.204)	(82.873)
	(378.950)		(313.077)	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (passivos) decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

	Valor
2018	(37.895)
2019	(85.263)
2020	(85.263)
2021	(85.263)
2022	(85.266)
	(378.950)

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha qualquer contrato envolvendo operações com derivativos em aberto.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Riscos

A Companhia iniciou sua operação comercial e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

(i) Risco de crédito

No ano de 2016 a Norte Energia iniciou sua operação comercial. Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado (leilões), de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (autoprodutores) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutor) entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

(ii) Risco de preço

As receitas da Companhia, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, com base na variação do IPCA.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros – Continuação

(iii) Risco de taxas de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como 100% de seus contratos de venda de energia futura são pactuados no Ambiente de Comercialização Regulado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES, com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a. (linha - PSI), TJLP + 2,25% (FINEM - Direto) e TJLP + 2,65% (FINEM - Indireto). As condições desses financiamentos são majoritariamente atreladas a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

(iv) Risco de Liquidez

A principal fonte de recursos da Companhia é proveniente de sua comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, outra origem de recursos são os aportes de capital realizados de Acionistas. O quadro de Acionistas é formado por empresas líderes em seus respectivos setores, tais como elétrico, mineração, fundos de pensão e siderurgia. Além disso, o prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia e nenhum ativo investido pela Companhia extrapola a carência máxima de 90 dias. Os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia, com vencimento superior a 90 dias, são de elevada liquidez e negociados diariamente no mercado.

(v) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

O endividamento total da Companhia está subdividido em três linhas de crédito, BNDES Direto, BNDES Indireto (repassadores) e BNDES PSI.

As linhas BNDES Direto e BNDES Indireto são indexadas, exclusivamente, à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Já a linha BNDES PSI está atrelada à taxa pré-fixada em 5,5% ao ano.

(valores em milhões de reais)

	<u>30/06/2018</u>	%	<u>31/12/2017</u>	%
BNDES Direto	11.925	43,0%	11.738	43,1%
BNDES Indireto	11.437	41,3%	11.249	41,3%
BNDES PSI	4.234	15,3%	4.267	15,7%
ABC K-Giro	105	0,4%	-	
	<u>27.701</u>		<u>27.254</u>	

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

26. Instrumentos financeiros – Continuação

(v) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM – Continuação

Além do endividamento já estabelecido junto ao BNDES há a previsão contratual da possibilidade de emissão de dívida corporativa debêntures simples (“Debêntures”) no valor total de até R\$ 500 milhões, com prazo máximo de amortização de 8 anos e taxa de juros máxima de 8,5% ao ano indexados ao índice de inflação nacional, IPCA – IBGE, índice de preços ao consumidor amplo medido pelo IBGE.

Portanto, a Administração da Companhia entende que não há exposições adicionais além das já citadas anteriormente.

b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os Acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

27. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste dos contratos de financiamento junto ao BNDES. Contudo, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 5,5% a.a., linha FINAME – PSI.

Os CPCs 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com o BNDES na data base de 30 de junho de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes, considerando somente a parcela do financiamento atrelada a indexador pós-fixado (TJLP). Com base nos valores da TJLP vigentes em 30 de junho de 2018, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de 25% a maior (Cenário II) e 50% a maior (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

27. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – Continuação

A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (pós-fixado)		23.361.595	23.361.595	23.361.595
Taxa sujeita à variação	TJLP + Spread (a)	6,60% + 2,46%	8,25% + 2,46%	4,95% + 2,46%
Despesa Financeira Projetada		347.938	719.350	111.650
Variação - R\$		-	371.412	(236.288)
	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (pré-fixado)		4.234.291	4.234.291	4.234.291
Taxa sujeita à variação	Pré	5,50%	5,50%	5,50%
Despesa Financeira Projetada		(67.966)	(67.966)	(67.966)
Variação - R\$		-	-	-
	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (Integral)	TJLP + Spread (a) + Pré	27.595.886	27.595.886	27.595.886
Despesa Financeira Projetada		279.972	651.384	43.684
Variação - R\$		-	371.412	(236.288)

(a) Os repasses diretos e indiretos estão sujeitos a um *spread* de 2,25% e 2,65% respectivamente, sendo a alíquota efetiva de 2,46%.

O ativo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando a data base de 30 de junho de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes, projetados para o período de 12 meses, com base nos valores do CDI vigentes em 30 de junho de 2018, sendo definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações		4.544	4.544	4.544
Taxa sujeita à variação	CDI	6,39%	7,99%	9,59%
Receita Financeira Projetada		290	363	436
Variação - R\$		-	73	146

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

28. Cobertura de seguros

A Companhia é contratante de gestora dos seguintes seguros:

- (a) Risco de engenharia;
- (b) Atraso de partida - DSU;
- (c) Riscos operacionais;
- (d) Lucros cessantes - BI; e
- (e) Responsabilidade civil.

Composição:

Seguradora	Risco	Cobertura	Prêmio	Amortização mensal	Vigência
J. Malucelli	Engenharia (concessão)	1.045.996	31.867	303	08/10 a 04/19
Mapfre	Engenharia	19.967.728	223.506	1.961	08/11 a 01/21
ACE	Resp. Civil	90.000	2.826	30	03/11 a 01/19
Mapfre	Resp. Civil (Empregador)	10.000	3.495	37	03/11 a 01/19
AIG Seguros	Resp. Civil	100.000	1.151	96	02/18 a 02/19
Fairfax	Resp. Civil	1.000	88	7	02/18 a 02/19

Em setembro de 2011, a Mapfre Vera Cruz Seguradora, líder do Painel de Seguro, emitiu um Certificado de Seguro de Risco de Engenharia informando que se encontra coberto o risco e que foi emitida a apólice de risco de engenharia, com vigência de 31 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2021. Da mesma forma e no mesmo mês, a ACE Seguradora S.A. emitiu outro Certificado de Seguro atestando a aceitação do seguro que cobrirá reclamações por danos decorrentes da Responsabilidade Civil do Segurado com importância segurada de R\$90.000 em excesso a R\$10.000 para cada e toda ocorrência, com vigência de 1º de março de 2011 até 31 de janeiro de 2019.

Quanto a resseguro, vale destacar que todas as resseguradoras estão entre as líderes de cada um de seus mercados e todas possuem *rating* mínimo de A, tendo como líder do Painel de Resseguro a *Munich Re*, líder mundial e no Brasil no ramo de Riscos de Engenharia.

O valor total em risco para fins da cobertura de seguros é de aproximadamente R\$21.000.000 com limite máximo de indenização por evento de R\$2.000.000. A cobertura do seguro de risco de engenharia contratada engloba: erro de projeto, manutenção ampla (24 meses), afretamento de aeronaves, desentulho, tumulto, greves, honorários de peritos e despesas de salvamento e contenção. Os segurados desse seguro são a Norte Energia e respectivos subcontratados que operam no sítio da obra.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Compromissos

Os valores abaixo referem-se aos principais contratos da Companhia ligados diretamente à construção da Usina e estão demonstrados por valores originais contratados, atualizações e reajustes (posição em 30 de junho de 2018).

	<u>Valor do contrato</u>	<u>Valores incorridos</u>	<u>Saldo dos contratos</u>
Construção (CCBM e outros) (a)	20.256.240	19.473.862	782.378
Fornecimento (Consórcio ELM e outros) (b)	6.554.076	6.363.374	190.702
Montagem (CMBM e outros) (c)	2.573.379	1.653.174	920.205
Serviços de operação e Manutenção (d)	1.992.160	201.648	1.790.512
Seguros Mapfre e J. Malucelli	266.231	245.733	20.498
	<u>31.642.086</u>	<u>27.937.791</u>	<u>3.704.295</u>

Em 30 de junho de 2018, a Companhia detinha contratos de construção no valor reajustado de R\$20.256.240 sendo R\$19.639.260 com o Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM, responsável pela construção da Usina. Esse contrato é corrigido conforme cláusula contratual com data base maio de 2010.

Em 01 de agosto de 2014 foi assinado, entre a Companhia e o CCBM, o 2º termo aditivo no valor atualizado de R\$747.037 P0 + 130.000 P0 referente a serviço de apoio a CONTRATANTE. O contrato consolidou em empreitada global as obras civis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o 3º termo aditivo com o CCBM, no valor atualizado R\$ 192.000 P0 em função de novos escopos de serviço de engenharia.

Em 01 de novembro de 2016, foi assinado o 4º termo aditivo com o CCBM, no valor atualizado R\$74.711 P0 em função da extinção dos benefícios do REIDI.

Em junho de 2010, foi assinado o contrato com o Consórcio ELM para o fornecimento de equipamentos eletromecânicos para a UHE Belo Monte e UHE Pimental no valor de R\$6.057.944 para o período da concessão, durante o período houve assinatura de aditivo contratual com o referido consórcio em substituição ao consórcio IMPSA, já incluso no valor total.

Em 30 de junho de 2018 a Companhia detinha contratos de montagem no valor de R\$2.573.379 sendo R\$1.609.140 com o Consórcio Montador de Belo Monte – CMBM, responsável pela montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da UHE Belo Monte. Esse contrato é corrigido conforme cláusula contratual com data base abril/13.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação
Período findo em 30 de junho de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Compromissos - continuação

Em 28 de maio de 2015 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo do Contrato promovendo a substituição do Anexo 3 (Cronograma de Eventos Físico e Financeiro), do Anexo 16 (Relação de Terceiros Contratados) e a regularização dos Termos de Reconhecimento e Confissão de Dívida.

Em 04 de abril de 2016 foi assinado o Segundo Termo Aditivo do Contrato alterando o valor do Contrato em função da extinção do benefício fiscal do REIDI, suspensão do PIS/COFINS, passando seu valor de R\$ 1.038.843 para R\$ 1.106.739 – base abril/2013.

A Companhia ajuizou ação com o intuito de obter provimento judicial para delimitação da sua responsabilidade em relação ao CMBM, por prejuízos financeiros supostamente verificados na execução do contrato de prestação de serviços, firmado em 13 de fevereiro de 2014.

Em razão da complexidade do empreendimento da UHE Belo Monte, ocorreram dificuldades de interação entre a interface das obras civis, dos equipamentos e da montagem, cada uma de responsabilidade de consórcios distintos. Alegando ter sido afetado diretamente por tais dificuldades, em 16 de setembro de 2015, o CMBM, apresentou reivindicação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 18 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou um depósito judicial no valor de R\$52.961 a título de cumprimento de liminar referente a apelação contra sentença que extinguiu a ação declaratória, com pedido de tutela provisória, sem resolução de mérito.

Em 15 de agosto de 2017 foi assinada a Escritura Pública de Acordo relativa ao débito para com o CMBM no valor de R\$ 54.855, definindo os prazos para sua liquidação em 2 parcelas de R\$ 27.427, sendo uma para 21/08/2017 e outra para 21/09/2017.

Em 31 de julho de 2017 foi assinado o Memorando de Entendimentos (MDE) visando a rescisão amigável do contrato contendo os procedimentos para substituição progressiva por outro contratado. Algumas controvérsias, porém, foram ressalvadas como passíveis de serem discutidas no âmbito de Arbitragem, nos termos da Cláusula 5ª do MDE.

Em 23 de maio de 2017 foi requerido pelo CMBM instituição de arbitragem perante a Câmara de Comércio Internacional (CCI), onde é solicitado o pagamento de R\$458,9 milhões por desequilíbrio econômico financeiro do contrato por diversos motivos ali apontados. A Norte Energia, em resposta ao requerimento de arbitragem, apresentou em 06 de setembro de 2017 sua reconversão no valor de R\$ 500,0 milhões. O processo arbitral encontra-se atualmente (13/07/18) na fase de análise da réplica apresentada pelo CMBM em 02 de julho de 2018.

Em 18 de janeiro de 2018 foi assinado o contrato com o Consórcio COMGEV para complementação da montagem eletromecânica da UHE Belo Monte, em substituição do Consórcio CMBM, no valor base de R\$ 680.000.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

29. Compromissos - continuação

Em 29 de outubro de 2015, foi assinado o contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("ELETRONORTE") para prestação do serviço de operação e manutenção da usina no valor de R\$1.992.160.

Os valores abaixo referem-se aos contratos de venda de energia (70% no mercado regulado e 10% para os autoprodutores) da Companhia na data base das contratações.

	Quantidade MWh	Valor
2018	31.894	4.079.355
2019	32.034	4.264.949
2020	32.034	4.435.688
2021	32.034	4.613.154
a partir de 2022	736.772	110.346.352
	864.768	127.739.498

30. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

a) Antecedentes

A partir de 2009, as autoridades federais brasileiras iniciaram uma investigação chamada "Lava Jato", destinada a organizações criminosas envolvidas em lavagem de dinheiro. A operação Lava Jato evoluiu significativamente e envolve inúmeras investigações sobre várias práticas criminosas com foco em crimes cometidos por indivíduos e organizações no Brasil. A partir de 2014, o Ministério Público Federal focou parte da investigação em irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema pagamentos indevidos.

No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos em SPE's - Entidades de Propósito Específico da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, entre essas SPE's a Norte Energia S.A - UHE Belo Monte. Essa investigação ainda está em curso por parte do Ministério Público Federal.

Como resposta às alegações de possíveis atividades ilegais que apareceram nos meios de comunicação em 2015 relativas a empresas que prestavam serviços para SPE's da Eletrobras, mesmo não sendo demandado por qualquer entidade reguladora a fazê-lo, o Conselho de Administração da Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells US LLP para realizar uma investigação interna independente com o propósito de avaliar a eventual existência de irregularidades, incluindo violações da "U.S. Foreign Corruption Practice Act" (FCPA), a Lei Anticorrupção brasileira e código de ética da Eletrobras incluindo a Norte Energia no escopo de análise da "Investigação Independente".

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – Continuação

Essa investigação independente estava sujeita à supervisão de uma comissão que foi criada e aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, em 31 de julho de 2015. A comissão foi composta por Dra. Ellen Gracie Northfleet, juíza aposentada do Supremo Tribunal Federal, Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários (a "Comissão Independente").

c) Resumo das conclusões da Investigação Independente

O relatório final da Investigação Independente considerou o conteúdo de delações premiadas e concluiu que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém sobrepreço estimado em 1%, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais subornos e atividades de manipulação de propostas, consideradas de natureza ilícita, com impacto nas demonstrações financeiras da Norte Energia.

Os impactos e conclusões do inquérito sobre as demonstrações financeiras, tomadas a partir dos relatórios finais da Investigação Independente são apresentados a seguir no item "impactos sobre as demonstrações financeiras".

d) Impactos sobre as demonstrações financeiras

Para avaliar os impactos a serem reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras da Norte Energia, a Administração levou em consideração as conclusões e resultados identificados pela Investigação Independente, conforme manifestação e encaminhamento para Conselho Fiscal e AGE e autorização para conclusão das demonstrações financeiras de 2015.

A Norte Energia entende que, de acordo com norma internacional de contabilidade IAS 16 - Ativo e Equipamentos, os montantes atribuíveis ao eventual superfaturamento devido a subornos e/ ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita não deveriam ter sido incluídos no custo histórico de seus ativos, partindo da premissa que não são custos atribuíveis aos ativos da Companhia.

Dessa forma, em 2015, a Norte Energia baixou o total de R\$ 183.000 do custo do empreendimento, incluindo juros e mão de obra própria capitalizados, que representam valores estimados em excesso para a aquisição de máquinas, equipamentos, serviços, encargos capitalizados e despesas administrativas.

Os ajustes decorrentes da investigação mencionada acima foram integralmente reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a Operação Buona Fortuna, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli.

Norte Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias - continuação

Período findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

30. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – Continuação

A Companhia entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos adicionais de investigação interna independente aos que já foram efetuados.

* * *